

Como citar esse artigo:

MORAES, Jonatan S. Urbano de; REINHEIMER, Mariana Maragno. Os conflitos regionais nos livros didáticos: a experiência do estágio curricular supervisionado de licenciatura em Geografia II. In: FERRETTI, Orlando; SPRINGER, Kalina S. (orgs). **Artigos da disciplina estágio curricular supervisionado em geografia II**: segundo semestre de 2014. Florianópolis: NEPEGeo; UFSC, 2014. Disponível em www.nepegeo.ufsc.br

OS CONFLITOS REGIONAIS NOS LIVROS DIDÁTICOS: A EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA II

Jonatan Sernajotto Urbano de Moraes*

Mariana Maragno Reinheimer*

Graduandos em Geografia - Licenciatura e Bacharelado - UFSC

RESUMO

Este artigo foi realizado como atividade obrigatória da disciplina Estágio Curricular Supervisionado de Licenciatura em Geografia II. O estágio foi realizado no segundo semestre de 2014 no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina, com a turma 2C de Ensino Médio. Seguindo o planejamento curricular do colégio, o tema trabalhado foi “conflitos regionais”, atendo-nos a quatro específicos: o conflito árabe-israelense; o conflito na Colômbia e as FARC-EP (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo); o conflito na Ucrânia; e o conflito no México e os Zapatistas. Sobre este tema, houve dificuldades em trabalhar os textos através do livro didático que o colégio utilizava até então. Ao realizar uma pesquisa mais profunda em algumas fontes e em outros livros didáticos, percebemos diferenças consideráveis entre eles, no que diz respeito à abordagem e apresentação dos conteúdos. No entanto, existem algumas semelhanças. Os casos na América Latina aparecem pouco, e de maneira muito rasa quando aparecem: o conflito na Colômbia e a caracterização das FARC-EP é extremamente carente de análise histórica e atual, com insuficientes linhas a respeito, e mapas que reduzem o conflito à “áreas das quais as FARC-EP querem tomar o controle”. O conflito no México e o movimento Zapatista sequer aparecem nos livros. Assim, foi recorrido à pesquisa na internet para encontrar textos e mapas que melhor expliquem histórica e atualmente estes conflitos. É notável o destaque que os três livros analisados dão ao conflito árabe-israelense, com maior número de páginas e maior aprofundamento do mesmo. Porém, no livro didático adotado pela escola, este conflito é apresentado com carência de algumas informações. Neste caso, o livro didático da escola foi substituído por um livro com conteúdo mais explicativo, adequando-o para utilização em sala de aula. O conflito na Ucrânia não constava nos livros analisados, pois teve início no ano de 2014 e os livros pertenciam ao Programa Nacional do Livro Didático - PNLD de 2012. Podemos reafirmar que os livros didáticos são de

fundamental importância na prática de ensino-aprendizagem. Entretanto, em nossa experiência no estágio, o livro adotado no colégio se mostrou não apenas insuficiente, mas deficiente para os conteúdos trabalhados. Vemos como um prejuízo à educação geográfica o fato dos livros didáticos serem carentes de conflitos que ocorreram e ocorrem, especialmente, na América Latina, fazendo com que os estudos se deem, quase que exclusivamente, em torno de uma realidade distante dos alunos, de países e povos mais afastados do Brasil.

Palavras-chave: Conflitos regionais, livro didático, Geografia

1. Introdução

As discussões que este artigo busca contribuir estão relacionadas à disciplina de Estágio Curricular Supervisionado de Licenciatura em Geografia II, do curso de graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem por objetivo analisar o conteúdo do livro didático Geografia Geral e do Brasil, volume 2: espaço geográfico e globalização: ensino médio (SENE & MOREIRA, 2012) relacionado aos conflitos regionais. O desenvolvimento deste trabalho segue o percurso do estágio realizado, através da análise do conteúdo e das alternativas encontradas para o andamento do trabalho em sala de aula.

O estágio curricular no curso de Geografia da UFSC é organizado em duas fases. A primeira delas é constituída pelas atividades de conhecimento do ambiente escolar e do professor supervisor, e de aproximação e observação dos membros da turma. Nesta etapa também é realizada uma intervenção em sala de aula pelos estagiários.

Realizamos o Estágio I e II no Colégio de Aplicação da UFSC, na turma 2C de Ensino Médio, no primeiro e no segundo semestre de 2014. Adentramos no ambiente escolar num momento em que a disciplina de Geografia tratava dos conteúdos ligados aos modos de produção capitalista e o modo de produção socialista. Durante este período também foi discutido o papel das mídias na difusão das diferentes ideologias. No desenvolvimento do conteúdo passou-se à discussão da ordem mundial bipolar durante o século XX e posteriormente à discussão da nova ordem mundial (com o fim da Guerra Fria), chegando às crises de petróleo e às dívidas externas. Nossa intervenção, ainda na primeira etapa do estágio, se deu na discussão sobre o processo de privatizações de empresas estatais no Brasil, como consequência das crises e do endividamento externo. Ao final desta etapa foi produzido um relatório que apresenta a experiência do Estágio I, do ponto de vista dos

estagiários. Entendemos esta fase como guia para facilitar as atividades práticas de docência no estágio seguinte.

A segunda fase do estágio foi realizada entre os meses de setembro e novembro de 2014, e foi de grande importância para a nossa formação e prática docente. Neste período ficou sob a responsabilidade dos estagiários a elaboração e execução dos planos de aula, dos materiais didáticos e das formas de avaliação, bem como o dever do planejamento semanal e mensal do andamento das aulas, sob orientação do professor da disciplina do Estágio, Orlando Ferretti e da professora do Colégio de Aplicação, Sandra Mendonça.

Nesta fase já haviam sido superadas as discussões iniciadas no primeiro semestre e deu-se seguimento ao plano de ensino organizado pela professora supervisora que propunha trabalhar os conflitos regionais no mundo. Foi dada a liberdade de escolha de quais conflitos seriam trabalhados pelos estagiários, mas com orientação sobre aqueles que seriam mais relevantes ou que não poderiam faltar no conteúdo. Assim, no planejamento inicial, foram definidos os conflitos nos seguintes países: **Palestina, Colômbia, Ucrânia, México e Sudão**. Entretanto, foi necessário mais tempo do que o planejado para finalizar as aulas e, por isso, foram trabalhados somente os quatro primeiros conflitos citados.

Um dos critérios para a escolha dos conflitos foi a atualidade dos mesmos, já que em todos os casos escolhidos os conflitos estavam em andamento durante o período das aulas. Outro critério foi a distribuição dos conflitos pelos continentes, na intenção de trazer para sala experiências diversificadas, embora o tempo insuficiente para desenvolver as aulas não tenha permitido trabalhar o conflito específico no continente africano.

A grande especificidade desta experiência é que durante todo ano o foco da discussão da disciplina de Geografia esteve em escala mundial, o que tornou os esforços de criação e planejamento de aulas maior, na perspectiva de articulação entre a realidade local e global, processo que foi possível através do resgate do desenvolvimento histórico dos estados nacionais (nas relações sociais, econômicas e políticas) e da perspectiva de compreensão totalizante dos modos de produção.

Neste percurso, procuramos apoio em materiais pesquisados na internet e em três livros didáticos: “Geografia Geral e do Brasil”, volume 2: espaço geográfico e globalização: ensino médio (SENE & MOREIRA, 2012), que era o livro didático utilizado pelo colégio até então; “Geografia em Rede”, volume 3: ensino médio (ADÃO & FURQUIM JR., 2013); e “Geografia Geral e do Brasil”, volume único: ensino médio (LUCCI; BRANCO; MENDONÇA, 2008).

No livro que o Colégio de Aplicação utilizava, estão presentes os conflitos na Palestina e na Colômbia, não constando os conflitos no México e na Ucrânia. A ausência deste último é justificável pelo fato do livro pertencer ao Programa Nacional do Livro Didático - PNLD de 2012. É no conteúdo deste livro que se baseia a análise deste artigo. Serão citados trechos do livro para fins de análise e comparação das informações e das formas de apresentação com os outras fontes.

É importante enfatizar, então, que trata-se de um artigo que propõe uma análise comparativa dos conteúdos do livro didático utilizado pelo colégio, em relação a outros dois livros didáticos e outras fontes (artigos, textos, fotografias e mapas) pesquisadas na internet.

2. O livro didático e a importância de se estudar os conflitos regionais:

Podemos afirmar que em nossas experiências na graduação em Geografia tivemos, de fato, pouco contato com o livro didático. Estes contatos ficaram restritos a exercícios isolados em algumas das disciplinas específicas da licenciatura, o que nos deixa com pouco preparo para fazer um uso mais correto deste instrumento. Assim, percebemos e lidamos com as possibilidades e limites do seu uso somente no momento da prática docente da disciplinas de Estágio.

A utilização do livro didático requer conhecimento prévio, por isso acreditamos que a graduação deveria ser um momento de maior aproximação com as obras didáticas de Geografia. Assim, desde o início, o estudante passa a dominar os temas discutidos em cada ano escolar, e se familiariza com os conteúdos e diferentes atividades e exercícios propostos. Do mesmo modo, começa a conhecer a linha de desenvolvimento dos diferentes autores para que encontre o que se adeque à sua formação geográfica e para que possa formar a sua bibliografia pessoal de fontes didáticas de Geografia.

Através da experiência de estágio em licenciatura reafirmamos a importância deste instrumento, no sentido do que afirma Castrogiovanni (2014):

O livro didático frente as atuais condições de trabalho do professor de Geografia, torna-se cada vez mais um instrumento, senão indispensável, pelo menos necessário como complemento às atividades didático-pedagógicas, devendo ser

utilizado apenas como um dos materiais entre tantos disponíveis.
(CASTROGIOVANNI, 2014, p. 17)

Em muitos casos o livro didático é a única referência disponível para um professor que enfrenta a tarefa de lecionar, daí vem uma das justificativas da importância do PNLD como política pública. Em nossa experiência, usamos o livro como guia e apoio para o planejamento das aulas e pesquisa de conteúdos. Prevaleceram, porém, em nossas aulas, os conhecimentos pesquisados em fontes externas, muitas das quais serão apresentadas adiante na análise dos conteúdos do livro. Sobre este processo de uso do livro didático, Kanashiro (2008, p. 14) afirma que “as obras didáticas dificilmente são usadas de modo integral. Elas servem de introdução ou complementação das aulas expositivas e explicações orais dos professores.”

A realidade escolar do Colégio de Aplicação, nosso local de estágio, apresenta uma série de recursos que muitas escolas não possuem, desde sua estrutura física até o corpo docente com qualificação avançada, o que frequentemente o faz ser considerado uma escola privilegiada. Cada estudante possui disponível para si um volume do livro didático em boas condições de uso, o que não significou que este uso tenha ocorrido de forma constante. Sobre a utilização do livro didático pelos estudantes e docentes Kanashiro (2008) afirma que “apesar de sua importância reconhecida e assumida, nem sempre as práticas de leitura e de estudo desse material são consideradas prazerosas”. (BITTENCOURT, 2005, p. 318) apud (KANASHIRO, 2008, p.15)

A esta característica do livro didático somou-se, em nosso percurso de prática docente, o fato da discussão se dar em torno de conflitos em outros países, ou seja, a discussão em escala mundial que requer a mediação e aproximação com a realidade nacional e local dos estudantes.

Sobre a importância desta discussão as Orientações Curriculares do Ensino Médio afirmam que a disciplina de Geografia deve contribuir para que os estudantes possam “compreender a dinâmica social e espacial, que produz, reproduz e transforma o espaço geográfico nas diversas escalas (local, regional, nacional e mundial)” (BRASIL, 2006, p. 43)

Ao construir um caminho de aprendizado em escala mundial deve-se “orientar a formação de um cidadão no sentido de aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, reconhecendo as contradições e os conflitos existentes no mundo.” (BRASIL, 2006, p. 44).

Nossos esforços foram no sentido de desenvolver relações em escala local, já que, segundo Brasil (2006, p. 50), “é preciso ter clareza de que o local é influenciado pelo global, assim como este também é influenciado pelas particularidades e singularidades dos lugares”.

No caso do conflito árabe israelense partimos das imagens dos protestos ocorridos no mundo em defesa da causa Palestina, sendo uma delas dos protestos que ocorrem na cidade de Florianópolis, no mês de agosto de 2014, que mobilizou parte da população e da comunidade árabe da cidade, com grande participação de estudantes. Neste momento questionamos os estudantes: afinal, o que faz as pessoas se mobilizarem aqui em nossa cidade em torno de um conflito que ocorre no Oriente Médio? O debate que veio em seguida se deu em torno dos fluxos mundiais de imigrantes e refugiados de conflitos que vão buscar a reconstrução de suas vidas em outros países, como o próprio Brasil.

A partir da comprovação da importância de discutir os temas geográficos em escala mundial na sua relação com o local, passamos a discutir os conteúdos dos livros didáticos.

Como podemos ver em Brasil (2006, p. 43):

“A Geografia compõe o currículo do ensino fundamental e médio e deve preparar o aluno para: localizar, compreender e atuar no mundo complexo, problematizar a realidade, formular proposições, reconhecer as dinâmicas existentes no espaço geográfico, pensar e atuar criticamente em sua realidade tendo em vista a sua transformação.” (BRASIL, 2006, p. 43)

Por isso a análise crítica desenvolvida a seguir vem no sentido de criar condições de que os estudantes compreendam o papel dos agentes envolvidos nos conflitos, que consigam identificar a causa histórica e social dos conflitos e, assim, que possam se posicionar sobre os mesmos e visualizar as semelhanças de conflitos próximos a sua realidade.

3. Análise dos conteúdos estudados

3.1 Iniciando o conteúdo: Conceitos fundamentais sobre os conflitos regionais

Como ressaltamos anteriormente, nosso artigo apresenta uma análise comparativa de conteúdos do livro utilizado no colégio com outros livros didáticos e com outras fontes

pesquisadas na internet. Assim, apresentaremos trechos do livro que consideramos mais necessários e significativos para serem analisados e comparados. Para isso, mostraremos informações de outros livros didáticos e de artigos, para evidenciarmos outras formas de apresentar os mesmos conteúdos.

Inicialmente foi feita discussão sobre conceitos fundamentais para compreensão dos conteúdos relacionados aos conflitos, tais como: território, Estado-Nação, nação, etnia, guerrilha, terrorismo, refugiados e separatismo. Todos estes conceitos permeiam a discussão sobre os conflitos regionais, especialmente o conceito de território, pelo qual os conflitos surgem e se desenvolvem, e o qual é modificado no decorrer dos processos de disputa.

Nessa etapa inicial de pesquisa e compreensão destes conceitos, usamos o livro didático utilizado no colégio, pedindo para que os estudantes pesquisassem e registrassem como eles aparecem no capítulo correspondente aos conflitos. O resultado da pesquisa foi a socialização dos significados, para que a aula não ficasse somente expositiva ao discutirmos esses conceitos.

Tendo em vista que o livro comete algumas reduções que podem prejudicar a compreensão dos conceitos, esta socialização dos significados foi uma etapa fundamental, porque, conforme os estudantes iam explanando sobre como eles apareciam no livro, tentamos aprofundá-los e problematizá-los.

Nos livros que tivemos contato, percebemos uma maneira parecida de apresentar o tema “conflitos armados no mundo”, ou “conflitos regionais”, ou ainda “conflitos étnico-nacionalistas”, de acordo com a ênfase que cada livro considera ao apresentar os conflitos.

Os conflitos armados sempre existiram na história da humanidade: nos primórdios, entre tribos; com o passar do tempo, entre Estados, porém há também enfrentamentos bélicos entre grupos rivais no interior de um país, ou seja, guerra civil. (SENE; MOREIRA, 2012,p. 84)

Esta citação é do livro utilizado no colégio. Pensamos que é necessário ter cuidado ao afirmar que os conflitos armados “sempre existiram na história da humanidade”, com risco a naturalizar os conflitos, tornando a violência um fim em si mesma, e tirar o foco da luta por território, das relações étnicas de identidade, e dos interesses políticos e econômicos envolvidos.

Logo em seguida, é mencionado que:

Diante do enorme número de conflitos armados que se sucederam desde o fim da Guerra Fria (foram mais de 120), não é viável analisar detalhadamente um a um. Ao longo do capítulo veremos alguns exemplos mais significativos e aprofundaremos apenas dois casos que apresentam causas múltiplas e interligadas: a guerra no Afeganistão, motivada pelo terrorismo da Al Qaeda, e os conflitos entre árabes e judeus. (SENE; MOREIRA, 2012, p. 84)

Podemos então questionar sobre quais foram os critérios utilizados para selecionar os conflitos e classificá-los como “mais significativos”. É de chamar a atenção que o conflito na Colômbia com as FARC-EP, que aparece em poucas linhas, e o conflito no México com os Zapatistas, que não consta no livro, não sejam apresentados com especial significância por situarem-se na América Latina.

Nas últimas décadas do século XX, ao mesmo tempo em que intensificava o processo de globalização, ampliavam-se os conflitos étnico-nacionalistas, muitos deles relacionados a movimentos separatistas (...). No mundo, a maioria dos países é constituída por diversas nações, ou seja, os Estados são multiétnicos. As principais razões das lutas separatistas de cunho nacionalista são explicadas pela não-aceitação das diferenças étnicas e culturais, pela existência de privilégios impostos pela supremacia de um grupo sobre outro, pelos interesses econômicos de determinados grupos sociais e pelo desejo de nações em constituírem seus próprios Estados. (LUCCI; BRANCO; MENDONÇA, p. 229-230)

Como podemos ver, o livro de Lucci, Branco e Mendonça dá enfoque aos conflitos pós-Guerra Fria e, sobretudo, de caráter separatista.

3.2 Palestina e Israel

O conteúdo relacionado ao conflito árabe-israelense foi o que destinamos maior número de aulas para desenvolvê-lo, desde o planejamento inicial. Foram seis horas/aula, iniciando com um resgate histórico da região e de acontecimentos que envolveram os povos árabe e judeu, até chegar aos principais conflitos que ocorreram após a criação do estado de Israel e à situação atual do conflito.

Nos livros de Sene e Moreira (2012) e de Lucci, Branco e Mendonça (2008), este conflito ocupa quatro páginas e meia, contando com textos e mapas, enquanto no livro de Adão e Furquim Jr. (2013), este conflito é apresentado em 8 páginas e meia. Apesar da disparidade em relação ao número de páginas, há em comum o fato dos três livros destinarem maior número de páginas a este conflito, em relação aos demais conflitos. Consideramos que o conteúdo referente à questão palestina, nos três livros, era razoavelmente bem apresentado e detalhado, possivelmente por ocupar esse número significativamente maior de páginas.

O processo de realizar pesquisas em diversas fontes mais aprofundadas para preparar as aulas, permite ao professor ter uma ampla visão do conflito, conseguindo destacar informações que não podem faltar no conteúdo que será trabalhado.

Assim, após realizarmos uma pesquisa mais aprofundada nos artigos de Bolaffi (1995, 15 p.), Brostulim (2011, 4 p.) e Movimento Educateaks (2011, 17 p.), e nos outros dois livros didáticos “Geografia em Rede”, Volume 3, de Adão e Furquim Jr. (2012, p. 177-185) e “Geografia Geral e do Brasil”, volume único: ensino médio, de Lucci, Branco e Mendonça (2008, p. 229-251), consideramos que para compreender melhor os motivos históricos e a situação atual do conflito árabe-israelense, é necessário que o material de base dos estudantes contenha, no mínimo, estas informações:

- A ocupação antiga da região do Oriente Médio, por diversos povos;
- O Império Turco-Otomano, do século XIII ao século XX;
- A fundação do Movimento Sionista, em 1897;
- A Primeira Guerra Mundial, o protetorado britânico na Palestina e a Declaração Balfour;
- A influência da Segunda Guerra Mundial na ocupação massiva do território palestino pelos judeus;
- A Partilha da Palestina proposta pela ONU, em 1947;
- A Primeira Guerra Árabe-israelense após a independência de Israel, em 1948;
- A fundação da Organização para Libertação da Palestina, em 1964 e demais grupos de resistência Palestina, como o Al Fatah (em 1959) e o Hamas (em 1988);
- As principais guerras ocorridas após a criação do estado de Israel (como a Guerra dos Seis Dias e a Guerra do Yom Kipur);

- As Intifadas;
- A relação político-econômica entre o estado de Israel e os Estados Unidos;
- Os acordos que vêm sendo realizados, cumpridos ou não;
- Os ataques de Israel ao povo palestino no ano de 2014.

Em relação às informações cartográficas e imagens que consideramos importantes para a compreensão do desenvolvimento deste conflito, destacamos estas:

- Sequência de mapas que mostra o quanto a palestina foi perdendo seu território para o estado de Israel, no decorrer das últimas décadas;
- Mapa com foco na Cisjordânia, território que foi devolvido à Palestina, mas que possui diversos assentamentos judeus e controle de exércitos israelenses;
- Mapa com foco na Faixa de Gaza, território de resistência palestina;
- Fotografia das Intifadas;
- Fotografia e mapa do “Muro de proteção” que entorna a Cisjordânia, construído pelo estado de Israel no ano 2002.

Consideramos, então, que o livro didático do estudante precisa contemplar estas informações em seu conteúdo, entendendo-o como um material base para os estudos dos estudantes. Porém, no livro que o colégio utilizava, estas informações aparecem com maior ou menor grau de clareza e detalhamento. Observemos, por exemplo, este trecho inicial sobre o conflito árabe-israelense:

No início da era cristã, quando parte do atual Oriente Médio ficou sob o domínio dos romanos, [os judeus] foram expulsos e se dispersaram por vários países, principalmente da Europa central e oriental. Após longa ocupação romana, no século VII a Palestina foi ocupada pelos árabes, que nesse território ficam conhecidos como palestinos. No século XIX, quando a região estava sob controle do Reino Unido, começou a imigração de judeus para a Palestina, movimento que se intensificou bastante com a ascensão do nazismo na Alemanha, em 1933. Em 1947, depois de muita pressão das organizações judaicas, a ONU dividiu esse território em dois Estados: um para abrigar o povo judeu e outro, o povo palestino. (SENE; MOREIRA, 2012, p. 96)

Somente após a densa pesquisa sobre o conflito árabe-israelense, podemos, então fazer a análise e tecer algumas observações sobre a carência de informações contida neste trecho.

Não fica claro quando ocorre a queda do Império turco-otomano na região do Oriente Médio, tampouco quando o Reino Unido assume o controle dessa região, especialmente sobre o território específico da Palestina;

Há um grande avanço na história do conflito quando cita o século XIX e depois o ano de 1933, sem mencionar que entre este período: 1) ocorre a Primeira Guerra Mundial e que ela é uma das responsáveis pelo declínio do Império turco-otomano; 2) ocorre a fundação do Movimento Sionista, em 1897, responsável pela organização dos judeus pela defesa de um estado próprio judeu e estreitamento das relações com o mandato britânico, o que teve como consequência o aumento de assentamentos judeus no território palestino; 3) No ano de 1917, o Reino Unido declara, através da Declaração Balfour, que apóia a criação de um estado judeu no território palestino.

Logo em seguida, há outro avanço na história, do ano de 1933 ao ano de 1947, sem mencionar que entre este período, ocorre a Segunda Guerra Mundial e que esta acentua mais ainda a migração dos judeus para o território palestino e a interferência dos Estados Unidos e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas passa a ser intensa sobre este conflito.

A informação cartográfica apresentada no livro utilizado pelo colégio, que consiste em uma sequência de dois mapas que correspondem os anos de 1947 e 1949, mostram o avanço do território de Israel para o território palestino após sua independência em 1948. É interessante para a compreensão desta parte específica do conteúdo: da Partilha realizada pela ONU ao pós-Primeira Guerra Árabe-israelense, em 1949.

Para trabalhar este conflito, utilizamos outro livro didático, sugerido e emprestado pelo professor da disciplina de Estágio II. Trata-se do livro “Geografia em Rede”, Volume 3, de Adão e Furquim Jr. (2012, p. 177-185).

Como os alunos não possuíam este livro, escaneamos o material e adaptamos para que os textos e mapas coubesse no menor número de páginas, para poupar os recursos do colégio. O resultado foi 4 páginas, distribuídas aos estudantes em duas etapas do conteúdo.

A justificativa de termos utilizado este outro texto como material base de estudo sobre este conflito, se dá pelo fato de contemplar aquelas informações mais detalhadas que sinalizamos como fundamentais para a compreensão do desenrolar deste conflito, além de trazer dados sobre as migrações, por exemplo, o que é de fundamental relevância para dar a

dimensão dos acontecimentos. Observemos igualmente o trecho inicial deste livro, sobre o mesmo conflito:

“Durante séculos, a região hoje conhecida como Oriente Médio esteve sob o domínio do Império turco-otomano. No fim da Primeira Guerra Mundial, o cambaleante império foi o grande derrotado ao lado da Alemanha. Grã-Bretanha e França assumiram o comando de grande parte da região (...). Simultaneamente aos acontecimentos no Oriente Médio, durante a Primeira Guerra, desenvolvia-se na Europa uma articulação bem-sucedida entre líderes da comunidade judaica: o projeto para a criação de um **Estado judeu**. Esse movimento ficou conhecido como **sionismo** (...). A competente mobilização política e a força econômica da comunidade judaica europeia estreitaram os laços com o alto gabinete britânico e, em 1917, um histórico documento era divulgado pelo ministro das relações exteriores do Reino Unido da Grã-Bretanha, a Declaração Balfour (...). O passo seguinte do sionismo foi organizar a migração de judeus europeus para a Palestina (...). Simultaneamente, desenhavam-se os preparativos para a Segunda Guerra Mundial, e a ascensão nazista na Alemanha foi o pior dos mundos para os judeus europeus. Isso resultou num aumento da emigração (...) A Segunda Guerra Mundial durou de 1939 a 1945. O término da guerra anunciou uma nova ordem mundial: ascendia a era da bipolaridade e dos interesses antagônicos entre as duas potências que surgiam, Estados Unidos e União Soviética. (...) Em 1947, a ONU encaminhou uma solução, propondo a partilha da Palestina em dois Estados (...).” (ADÃO; FURQUIM JR., p. 177-179)

É bastante perceptível a diferença de detalhamento entre os dois trechos citados.

Quando encontramos este outro livro didático vimos, então, que é possível abordar este conteúdo de maneira mais clara, oferecendo a possibilidade aos estudantes de conhecerem e compreenderem melhor o decorrer dos acontecimentos que foram permeando o conflito árabe-israelense.

Devido à falta de informação cartográfica no conteúdo deste livro que optamos utilizar, decidimos distribuir uma sequência de três mapas em branco, onde os próprios estudantes deveriam pintar, colocar a legenda e dar título a cada um deles. Isso só seria possível se

houvesse a compreensão dos acontecimentos que foram determinando os territórios dentro do que antes era somente a Palestina. Este material, adaptado pelos próprios estagiários a partir de mapa encontrado na internet, ficou assim:



Figura 1: Sequência de mapas que ilustra as modificações territoriais de judeus e palestinos. Material adaptado pelos estagiários a partir de material encontrado na internet.

Há um diferencial nos livros didáticos em relação a dados que possibilitam o estudante entender a dimensão de alguns fenômenos.

No livro utilizado pelo colégio, há uma carência de dados sobre a migração de judeus europeus para a Palestina e sobre os refugiados palestinos nos territórios próximos. Estes dados aparecem no livro didático de Adão e Furquim Jr., através de uma tabela que apresenta o número de refugiados palestinos registrados em 2012 em territórios árabes e de um gráfico que compara quantitativamente a população árabe e judaica nos territórios definidos pela ONU na Partilha da Palestina e após a Primeira Guerra Árabe-Israelense.

Observemos estes dois trechos, sobre o mesmo conteúdo - Guerra dos Seis Dias, apresentados no livro didático utilizado pelo colégio e no livro que adaptamos para passar aos estudantes:

O conflito bélico que provocou as maiores transformações territoriais na região aconteceu em 1967: a Guerra dos Seis Dias, que novamente opôs Israel aos vizinhos árabes. Após vencê-los numa guerra que durou menos de uma semana, Israel ampliou significativamente seu território, como mostra o mapa ao lado. (SENE; MOREIRA, 2012, p. 97)

Os árabes ameaçavam, mas quem agiu foi Israel. No dia 5 de junho de 1967, realizou ataques surpresas simultaneamente a Egito, Síria e Jordânia, os países árabes mais fortes, destruindo praticamente toda a aviação árabe no solo. Depois, mobilizou sua força terrestre com centenas de tanques, infantaria, guarnições bem armadas, e paraquedistas dominavam o Canal de Suez. Foi uma ação fulminante; e humilhante. O nome do conflito dá a dimensão da disparidade de forças entre os dois lados. Nova derrota árabe, mas agora com implicações bem mais sérias. Israel impôs sua superioridade militar. Além disso, incorporou vasta área territorial. Ocupou as colinas de Golã (Síria); a Cisjordânia (ânia); a Faixa de Gaza (Egito); a Península do Sinai (Egito). Observe essas áreas no mapa a seguir. (ADÃO; FURQUIM JR., p. 183)

No segundo trecho, o que podemos observar é um detalhamento maior em relação ao desenrolar da Guerra dos Seis Dias, especificando quais “vizinhos árabes” se envolveram e quais territórios foram acoplados ao território de Israel após a guerra. Os dois trechos anunciam um mapa que segue a explicação sobre a guerra, o que é necessário para o estudante perceber a dimensão da modificação territorial ocorrida neste período.

O trecho “(...) No lugar da OLP surgiu uma guerrilha xiita apoiada pelo Irã, o Hezbollah, que passou a atacar os soldados israelenses que patrulhavam a região e o norte de Israel.” (p. 97), do livro de Sene e Moreira, achamos importante por citar o surgimento deste outro grupo de resistência, o Hezbollah. Entretanto, citar a denominação “xiita”, sem explicá-la, representa uma barreira na compreensão do estudante e torna o texto mais complexo e insuficiente para a compreensão do conflito.

Nos livros de Sene e Moreira (2012), e de Adão e Furquim Jr. (2013), as Intifadas não aparecem. Isso é de surpreender, tendo em vista que ambas representam marcantes momentos de levante do povo palestino e confronto direto entre população e exército, e evidenciam a grande desigualdade em relação aos armamentos israelenses e aos palestinos.

Além disso, logo após a primeira Intifada surge a organização Hamas, o que torna ainda mais importante ao menos citar o acontecimento.

No livro de Lucci, Branco e Mendonça, as duas Intifadas aparecem. E a primeira, não apenas textualmente, como ilustrada em uma fotografia, em um quadro explicativo. Este quadro sobre a Primeira Intifada evidencia como uma informação, especialmente esta, pode aparecer sem precisar ser extensa. Da forma que está apresentado, o estudante pode ler uma breve explicação do que foi este acontecimento, consegue obter a dimensão visual através da fotografia e é convidado a refletir logo em seguida: “Comente se a Intifada tem obtido algum resultado prático no conflito entre palestinos e israelenses” (LUCCI; BRANCO; MENDONÇA; p. 243).

Para suprir a necessidade de apresentar as Intifadas, as informações e imagens sobre elas estavam presentes na apresentação de slides que preparamos, com a devida importância que esses dois acontecimentos representam na história do conflito árabe-israelense.

Sobre a construção do “muro de proteção” ou “cerca de segurança” construída por Israel no ano de 2002, vejamos como esta informação aparece nos livros:

(...) O governo israelense retomou a implantação de colônias na Cisjordânia para inviabilizar a devolução desse território, como tinha sido acordado. Em consequência disto, houve uma intensificação das ações terroristas dos grupos Hamas, Jihad Islâmica e Brigadas dos Mártires de Al-Aqsa (vinculado à Fatah), fazendo ataques suicidas em território israelense. Em resposta, o governo Sharon iniciou a construção de uma cerca de segurança, isolando comunidades judaicas e palestinas. (SENE; MOREIRA, p. 98)

A partir de 2000, instaurou-se uma espiral de violência: de um lado, uma sucessão de atentados suicidas fomentados por grupos radicais palestinos contra israelenses; de outro, uma série de retaliações a essas agressões, com ações militares promovidas pelo exército israelense. (...) Em 2002, o governo israelense, sob o argumento de proteger os seus cidadãos de ataques terroristas de grupos extremistas palestinos, e com o apoio do governo norte-americano de George W. Bush, iniciou a construção de um muro em áreas de fronteira entre seu território e o da ANP. A construção foi considerada ilegal pela Corte Internacional de

Justiça da ONU, uma vez que restringe a liberdade de circulação dos palestinos, além de ter longos trechos dentro da Cisjordânia, englobando territórios que deveriam pertencer à ANP. (LUCCI; BRANCO; MENDONÇA, p. 244)

É perceptível que o livro de Lucci, Branco e Mendonça esclarece e problematiza um pouco mais a construção do muro de proteção e sua ilegalidade. Além disso, cita a cooperação entre o governo estadunidense e o governo israelense. A parceria entre Estados Unidos e Israel no decorrer do conflito árabe-israelense, e sobretudo atualmente, é necessária aparecer no estudo deste conflito, tendo em vista o papel que esta parceria exerce na disparidade entre o Estado de Israel e o território palestino sobre aspectos econômicos e arsenal bélico.

No livro de Adão e Furquim Jr., a construção do muro não é citada, daí a importância de aprimorarmos o preparo das aulas com as informações adquiridas através do estudo mais aprofundado nos artigos de Bolaffi (1995), Brostulim (2011) e Movimento Educatecs (2011).

Como este conflito desencadeou novos e intensos ataques no ano de 2014, para trabalhar estas informações recentes, pedimos que os estudantes trouxessem notícias recentes do conflito, a fim de que compreendessem a atualidade do conflito de maneira participativa. Além disso, trabalhamos com charges que possibilitam uma outra maneira de interpretar e compreender os conteúdos, também de modo participativo.

3.2 Colômbia e as FARC-EP

O texto contido no livro sobre o conflito ocorrido na Colômbia apresenta, em nosso ponto de vista, diversas simplificações, seja pelo reduzido espaço destinado ao conteúdo, ou pelas escolhas das informações contidas neste pequeno trecho de texto. Como primeiro exemplo podemos citar a parte que diz, logo no início do texto, que a guerrilha luta “contra o Estado colombiano por parte de seu território” (SENE; MOREIRA, 2012, p. 86). Importante esclarecer que o conteúdo acerca do conflito na Colômbia apenas aparece neste livro didático analisado.

Pesquisando em fontes e documentos, observamos que o motivo do conflito não deveria ser reduzido a tal ideia. Nos atuais diálogos de paz, entre o governo Colombiano e a Delegação de Paz das FARC-EP, que ocorrem em Havana sob acompanhamento de países como Noruega, estão entre os pontos debatidos e já acordado entre as partes, a questão

agrária¹, o combate ao narcotráfico e liberdades políticas (TAVEIRA, 2014), ou seja, muito mais questões sociais do que o poder sobre o território.

Segundo BARBIERI (2010 p. 2), as Farc-Ep são uma organização política que luta historicamente pela reforma agrária na Colômbia, onde o poder latifundiário e concentração de terras contribuiu para gerar um dos maiores índices de desigualdade da América Latina, ficando atrás apenas de Guatemala e Honduras (CARTA CAPITAL, 2014). Atualmente uma de suas principais bandeiras é o próprio fim do conflito através do lema “Paz, com justiça social”.

No decurso da pesquisa preparatória para as aulas, observamos que a história do Estado colombiano é marcada pelo cerceamento das liberdades políticas e democráticas, fenômeno que empurrou diversos movimentos sociais para a luta armada em defesa destes direitos e como forma de resistência política. De fato a luta guerrilheira é uma realidade histórica colombiana, já que além das FARC-EP existem outros grupos como ELN (Exército de Libertação Nacional) e outros que já depuseram armas (BARBIERI, 2010. pg 4). Este tema que consideramos central acerca do conflito não é abordado no livro didático.

Desde o início, ao identificar a insuficiência do debate sobre o conflito na Colômbia, partimos para a pesquisa em outras fontes sobre este processo histórico-político. Fez-se necessário o uso de conceitos inexistentes no livro didático. Um exemplo é o conceito de “estado ampliado”.

Gramsci chama de “Estado ampliado”, isto é, no Ocidente, as questões relativas ao poder se complexificaram, aumentando a influência e a participação da Sociedade Civil no jogo político, assim, o “Estado ampliado” é a confluência dialética entre a Sociedade Civil e a Sociedade Política. (GUILHERME, 2009, p. 123).

(1) A proposta integral das farc para o desenvolvimento rural na Colômbia pode ser vista em http://resistir.info/colombia/oito_propostas_06fev13.html. FAZER NOTA DE RODAPÉ

A proposição de Gramsci afirma que o estado ampliado compreende a existência de uma sociedade civil complexa, que inclui partidos políticos, associações e movimentos sociais, gozando de certas liberdades políticas e organizativas.

No caso colombiano, contudo, não nos parece que existam tais condições. Dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) mostram que na Colômbia foram mortos cerca de 2.800 sindicalistas e trabalhadores sindicalizados entre 1984 e 2011

(ANTUNEZ, 2014). Nos anos 1980, a organização progressista de viés político de esquerda, União Patriótica, teve quatro mil membros mortos (BARBIERI, 2010, p. 4). Tais dados confirmam, em nosso ponto de vista, a necessidade da luta pelas liberdades democráticas defendidas por movimentos sociais, partidos políticos e pela guerrilha, ainda que se deva problematizar os métodos. Dados como estes também contribuem para a ideia de que predomina a formação de estado restrito na Colômbia, que é caracterizado por manter o poder político e econômico através da coerção violenta, em oposição a ideia do estado ampliado. O livro didático não cita, ou põe em dúvida o papel do estado colombiano em relação à violência.

Sobre a relação das FARC-EP com o narcotráfico, Barbieri (2014, p. 1) apud Oliveira (2008), afirma que “poucas fontes acadêmicas sérias supõem que as FARC-EP operem o comércio de cocaína em nível internacional, e a maioria delas reconhece a oposição e o conflito entre a Guerrilha e os Narcotraficantes”. O livro didático usado aponta o oposto, quando afirma que “As FARC-EP se tornaram um grupo terrorista [...] além de envolvimento com o narcotráfico, hoje sua principal fonte de renda (SENE; MOREIRA, 2012, p. 86).

Com afirmações como esta no exemplo acima, julgamos necessárias algumas ponderações. Segundo Marx e Engels (2006), “as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes”, já que estas contam com maior aperfeiçoamento e possuem muito mais meios de difusão. É por este caminho que se constitui a chamada hegemonia das classes dominantes em nossa sociedade, que na maior parte do tempo não precisam da força para manter seu domínio. Podemos considerar um dos meios de difusão de suas ideias, de forma intencional ou não, as próprias instituições educacionais e seus instrumentos de ensino, como os livros didáticos. O livro objeto deste artigo, ao manter o discurso dominante na sociedade, o mesmo que atende aos interesses do poder de classe, abandona uma perspectiva educacional contra-hegemônica, necessária para uma formação voltada a transformação social profunda.

Diante dos argumentos expostos, concluímos que o livro didático ao optar por uma abordagem demasiada sintética do conflito colombiano (já que dedica menos de uma página sobre o conflito) tende a realizar simplificações e afirmações que carecem de evidências. Diferente do que poderia se esperar, reproduz em grande medida o discurso hegemônico e tendencioso sobre o conflito, algo que deveria ser superado pela prática educacional pautada no discurso científico-filosófico.

Outros elementos contribuem ainda para uma avaliação negativa da abordagem do livro sobre o conflito colombiano. O mapa utilizado possui boa qualidade cartográfica, porém com

um aprofundamento insuficiente e análise incorreta do conflito, o mapa apenas aparece como auxiliar na defesa da ideia de “disputa por poder de parte território”, já discutida acima.



Figura 2: Mapa utilizado para representar o território sob controle das Farc-Ep na Colômbia (SENE; MOREIRA, 2012, p. 86)

Dados do conflito (como exôdo rural, taxas de concentração de terra, etc) e referências externas são ausentes, o que mantém o conteúdo empobrecido. De forma geral consideramos a abordagem de baixa qualidade e de insuficiente quantidade de informações, dados e análises. Tal situação nos obrigou, em nosso percurso de estágio, a usar referências externas (BARBIERI, 2010, ANTUNEZ, 2014, GUILHERME, 2009, TAVEIRA, 2014) para discutir o conflito na Colômbia, parte delas já apresentadas neste texto.

4. Considerações finais

Sobre o livro didático CASTROGIOVANNI (2014, p. 18-19.) sugere que um bom livro didático deve ter as seguintes características: fidedignidade das afirmações, estímulo a criatividade, correta representação cartográfica, abordagem que valorize a realidade e que enfoque o espaço como um totalidade.

A partir da análise aqui desenvolvida, podemos afirmar que, no que concerne aos conflitos analisados, o livro didático utilizado pela escola não cumpre plenamente estes requisitos, na medida em que:

- Apresenta conteúdos insuficientes, pois alguns conflitos não aparecem, nem são citados no livro, como o conflito no México e os zapatistas. Compreendemos a limitação sobre a quantidade de conteúdos em um livro didático, mas pensamos que o livro poderia, ao menos, apontar algumas informações e sugerir aos estudantes uma pesquisa mais profunda;
- Apresenta informações insuficientes e deficientes sobre os conteúdos, pois muitos dos conflitos, mesmo quando aparecem no livro, são apresentados de maneira muito superficial e contém alguns equívocos, como o conteúdo sobre o conflito na Colômbia e as FARC-EP, extremamente carente de análise histórica e atual;
- Não rompe com as ideias hegemônicas sobre os conflitos. Assim, o livro didático de Geografia, que poderia possibilitar uma leitura mais aprofundada e crítica sobre os acontecimentos, acaba por fazer o contrário: reproduz o discurso oficial, o discurso midiático sobre os conflitos.
- Opta por abordar apenas um conflito na América Latina, em detrimento dos conflitos que se relacionam aos países centrais do capitalismo, que possuem grande força de difusão de sua mentalidade e história oficial.

Compreendemos que o processo educativo não se dá somente em torno do livro didático, tanto por parte dos professores como dos estudantes. Assim, os professores precisam estudar profundamente os conteúdos que serão trabalhados e os estudantes precisam realizar pesquisas em outras fontes, que não somente o livro didático, para compreenderem os conteúdos. Entretanto, na maior parte do conteúdo sobre conflitos armados, não foi possível utilizar o livro didático sequer como um material base aos estudantes, devido às insuficiências e deficiências já citadas na análise dos conteúdos.

Vemos como um prejuízo à educação geográfica o fato dos três livros didáticos analisados serem carentes de conflitos que ocorreram e ocorrem, especialmente, na América Latina, fazendo com que os estudos se deem, quase que exclusivamente, em torno de uma realidade distante dos alunos, de países e povos mais afastados do Brasil.

Reafirmamos a importância do instrumento pedagógico que é o livro didático e do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD como política pública, mas muito ainda há o que se discutir sobre o que é o campo editorial do livro didático no Brasil e como isso influencia nos conteúdos. E, como citado na parte inicial deste artigo, consideramos necessário o estudante de licenciatura ter contato com livros didáticos desde o início de sua formação.

Com este artigo, esperamos contribuir para o estímulo no campo de pesquisa educacional, já que há ainda um grande campo aberto sobre pesquisas e críticas ao PNLD e aos livros didáticos.

5. Referências

ADÃO, Edilson; FURQUIM JR., Laércio. **Geografia em rede**. Vol. 3. São Paulo: FTD, 2013, p. 177-185.

ANTUNEZ, Amália. Onde ser sindicalista é quase uma sentença de morte. **Adital**. 2013. Disponível em: <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=73441>>. Acesso em: 07 dez. 2014.

BARBIERI, Renato. Guerrilha das Farc-EP e o Narcotráfico da Colômbia. ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais do 16º Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre, 2010. p. 1 - 12.

BOLAFFI, Gabriel. Israel, árabes e a questão palestina. **Novos Estudos**. 1995, 15 p. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/75/20080626_israel_arabes_e_a_qu_estao_palestina.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2014.

BRASIL. Departamento de Políticas de Ensino Médio. Secretaria de Educação Básica.

Orientações Curriculares para o Ensino Médio. 2006. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2014.

BROSTULIM, Edmar Antonio. **A questão Israel x Palestina.** 2011, 4 p. Disponível em:

<http://petsociaisufpr.files.wordpress.com/2011/02/a_questao_israel_x_palestina.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2014.

CARTA CAPITAL. **Brasil é o quarto país mais desigual da América Latina:** dos 124

milhões de pobres da região, 37 milhões estão no Brasil e 25 milhões no México, 2012.

Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/brasil-e-o-quarto-pais-mais-desigual-da-america-latina/>>. Acesso em: 07 dez. 2014.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; GOULART, Ligia Beatriz. A questão do livro didático de Geografia: elementos para uma análise. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, p.17-20, out. 1988. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37978/24473>>. Acesso em: 07 dez. 2014.

GUILHERME, Cassio Augusto Samogin Almeida. O Gramsci político e revolucionário. **Revista Urutágua**, Maringá, v. 1, n. 19, p.117-127, dez. 2009.

KANASHIRO, Cintia Shukusawa. **Livro didático de Geografia: PNLD, materialidade e uso na sala de aula.** 2008. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências da Comunicação, Usp, São Paulo, 2008.

LUCCI, Elian Alabi; BRANCO, Anselmo Lazaro; MENDONÇA, Cláudio. **Geografia Geral e do Brasil**, volume único: ensino médio. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 229-251

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Feuerbach. Oposição das Concepções Materialista e Idealista. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã.** Lisboa: Avante!, 2006. Cap. 1. . Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/ideologia-alema-oe/cap2.htm>>. Acesso em: 07 dez. 2014.

MOVIMENTO EDUCALEAKS. **Conflito Israel-Palestina**. 2011, 17 p. Disponível em:
<http://educaleaks.dominiotemporario.com/doc/Conflito_Israel_e_Palestina.pdf>. Acesso em:
05 dez. 2014.

SENE, Eustáquio de; MOREIRA, João Carlos. **Geografia Geral e do Brasil**, volume 2: espaço geográfico e globalização: ensino médio. São Paulo: Scipione, 2012, p. 84-119

TAVEIRA, Vitor. **FARC completam 50 anos de existência em meio a diálogos de paz**. 2014. Disponível em:
<<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/35439/farc+completam+50+anos+de+existencia+em+meio+a+dialogos+de+paz.shtml>>. Acesso em: 07 dez. 2014.